

COMPOSIÇÃO DE BDI - DESONERADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA

Versão:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - UBS RESIDENCIAL JARDIM PRIMAVERA - PORTE II, NA RUA 07, LOTE Nº 01 - QUADRA F, MUNICÍPIO DE TAILÂNDIA/PA, DE ACORDO COM A PROPOSTA SISMOB Nº 10257.0280001/25-004

1	AC = Taxa de Administração Central	4,00%
2	S e G = Taxas de Seguro e Garantia	0,80%
3	R = Taxa de Risco	1,27%
4	DF = Taxa de Despesas Financeiras	0,60%
5	L = Taxa de Lucro / Remuneração	7,02%
6	I = Taxa de incidência de Impostos (PIS, COFINS e ISS)	11,35%

Item Impostos

6.1	ISS	5,00%
6.2	PIS	0,65%
6.3	COFINS	3,00%
6.4	CPRB	2,70%

Total Impostos = **11,35%**

Fórmula para o cálculo de BDI

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \quad \mathbf{28,82\%}$$

Notas:

1) Alíquota de ISS é determinada pela "Relação de Serviços" do município onde se prestará o serviço conforme art. 1º e art.8º da Lei Complementar nº116/2001.

2) Alíquota máxima de PIS é de até 1,65% conforme Lei nº10.637/02 em consonância com o Regime de Tributação da Empresa

3) Alíquota máxima de COFINS é de 3% conforme inciso XX do art. 10 da Lei nº10.833/03.

4) Fundamentada nos arts. 23 e 25 (e no Art. 6º, XXIII, 'I'). (Lei 14.133/2021)

5) Antes da aplicação do BDI (Teto Empresa de Lucros Real) os insumos constantes do art.3º da Lei nº10.637/02 deverão sofrer redução de 1,65%, após 31/12/2008, reduzir também do insumo o percentual de 7,6% da COFINS conforme art. 3º da Lei nº10.833/03 combinado com o inciso XX do art.10 da mesma Lei.

6) **Lucro Presumido** que utilizavam esse benefício em 2026 (Novos Percentuais): A reoneração se intensifica. A CPRB fica reduzida a 60% da alíquota original (variando de 0,6% a 2,7%, aproximadamente) e o INSS patronal sobre a folha sobe para 10%.

Construção Civil: Inclui CNAEs de construção de edifícios e serviços especializados (elétricos, hidráulicos e acabamento).

7) Ressalte-se que a taxa de BDI deve incidir sobre o custo direto total da obra para que se obtenha o preço de venda. Os componentes relativos à tributação encontram-se no denominador justamente porque suas taxas incidem sobre o preço final (ou de venda). Os itens considerados no cálculo do BDI estão contemplados nas tabelas do Acórdão 2.622/2013, e também podem ser verificados no Art. 9º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013. Já as alíquotas de CPRB estão determinados no Art. 7º da Lei nº 13.161, de 31 de agosto de 2015.